

Juventude como tema na Educação, nas Ciências Sociais e no Serviço Social

Eliane Ribeiro Andrade

Diógenes Pinheiro

Luiz Carlos Gil Esteves

SPOSITO, Marília (Org.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1, 274 p.; v. 2, 262 p. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/o-estado-da-arte-sobre-juventude-na-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-brasileiraeduca%C3%A7%C3%A3o-ci%C3%A7ncias-sociais-e-serv>>.

Introdução

193

Pode-se dizer que, em diversas partes do mundo, a realização de inventários de estudos e pesquisas com base em levantamentos bibliográficos contribui, de forma significativa, para mapear e discutir uma determinada produção acadêmica, ampliando o foco e a compreensão sobre temáticas, sujeitos, referenciais teórico-metodológicos e terrenos ainda insuficientemente explorados. Como se isso não bastasse, tem possibilitado, em especial, o acesso a aspectos e dimensões privilegiados em diferentes épocas e lugares, expandindo fronteiras e, conseqüentemente, recolocando novos – e sempre provisórios – marcos, por meio da socialização crítica de conhecimentos.

Diante disso, faz-se coro com Haddad (2000), quando o autor afirma que trabalhos do tipo “estado da arte” permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação e identificar tanto as temáticas e abordagens dominantes e emergentes quanto as lacunas e os espaços ainda inexplorados e abertos à pesquisa futura. Em outras palavras, a realização de estudos dessa espécie, quando em consonância com os critérios de qualidade que devem ser obrigatoriamente observados por qualquer produção científica empenhada no avanço do conhecimento, possibilita a compreensão de como vem se dando o processo de instauração de um determinado campo do saber, bem como as transformações nele ocorridas ao longo da história.

No Brasil, notadamente na área das ciências humanas e sociais, ainda transitamos com reserva na elaboração de estudos que lancem mão desse

procedimento, embora também aqui não se tenha mais dúvidas que desvendar um determinado campo, por meio da revisão meticulosa do que vem sendo nele produzido, adensa seu valor no meio científico, auferindo-lhe legitimidade e ampliando sua visibilidade na esfera pública, com benefícios materiais e simbólicos cujos efeitos, muitas vezes, têm impacto direto na formulação de políticas e programas sociais.

É nesse contexto que se situa o estudo sob a coordenação da professora Marília Pontes Sposito, da Universidade de São Paulo (USP), intitulado *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*, pois representa uma inestimável contribuição ao campo da juventude como subsídio importante para a elaboração, a reordenação e o repensar das políticas, programas e ações da esfera pública que têm os jovens brasileiros como foco. Nessa obra – que complementa uma iniciativa anterior, intitulada *Juventude e escolarização: 1980-1998* (Sposito, 2002) –, é-nos oferecido um menu que aborda, com inteligência e de forma concatenada, uma série de questões centrais que conformam, direta ou indiretamente, a existência dos distintos jovens brasileiros.

A importância e a emergência do investimento nessa temática já se explicam, de imediato, por conta de termos, no Brasil, cerca de 50 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos, ou seja, quase 30% da população total. Embora etariamente definida de maneira uniforme, trata-se de um segmento populacional extremamente múltiplo, diversificado. Isto é, são várias juventudes que vivenciam sua condição juvenil de forma distinta e desigual, condição esta caracterizada pela combinação de uma série de indicadores (tais como: origem social, nível de renda e de escolaridade, disparidades socioeconômicas entre campo/cidade e entre regiões do País, etc.) que marca, define e ressignifica cotidianamente as suas vidas e, em consequência, as suas práticas sociais.

Muito possivelmente, o mapa bibliográfico e sua análise, contidos no estado da arte em questão, são, até o momento, o instrumento mais completo e abrangente que temos, na região sul-americana, a respeito da produção científica oriunda da pós-graduação brasileira nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, com foco na juventude. No geral, os 1.427 estudos nele visitados abordam jovens até 29 anos e são trabalhados tendo por base o método de construção de seus diversos e distintos corpos teóricos, em conjunção com os dados empíricos coletados, no sentido de buscar informações potencialmente capazes de desvelar aspectos relativos à condição juvenil no Brasil. O recorte dos trabalhos reunidos incidiu mais sobre o seu objeto de pesquisa do que sobre o pesquisador e sua possível identificação/produção no campo da juventude.

Dentre as áreas de pesquisa trabalhadas, as teses e dissertações no campo da Antropologia representam, em termos relativos, o maior número de estudos especificamente voltados para a temática juvenil. Temas considerados emergentes desde o primeiro levantamento permanecem neste segundo: a violência, a mídia, os grupos juvenis e os jovens negros. Ao invés de denotar fragilidade e excessiva dispersão, percebe-se que a multiplicidade temática verificada nos estudos, como um todo, indica possibilidades de investigação bem diversas e instigantes.

Vale, por fim, destacar a advertência da necessidade de se retomar as condições atuais de produção de conhecimentos na pós-graduação, direcionando o olhar para

as motivações individuais que levam o discente a seguir seus interesses de pesquisa e propondo, a partir desse viés, a construção de uma agenda de estudos. Portanto, com o objetivo de determinar uma postura mais ativa dos orientadores na definição desses interesses, o estudo sugere que a construção das problemáticas e o traçar do caminho das investigações sejam feitos em conjunto com os alunos, fazendo-os reconhecer que suas teses e dissertações constituem um projeto de produção de conhecimentos que precisa e deve ser explorado em outros textos.

Visando melhor sistematizar a série de informações a serem aqui doravante referidas, e no intuito de possibilitar ao leitor um melhor conhecimento e apropriação dessas informações, destacamos, a seguir, os principais resultados desse amplo levantamento, obedecendo a ordem de apresentação originalmente adotada no estudo em foco.¹

Juventude e escola

O tema analisado por Juarez Dayrell, Brécia França Nonato, Fernanda Vasconcelos Dias e Helen Cristina do Carmo é o que agrega o maior número de trabalhos (188), sendo 164 dissertações (87,3%) e 24 teses (12,7%), montante que representa 13,17% do total da produção discente na pós-graduação sobre juventude no Brasil nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. A grande maioria (92%) está circunscrita à área da Educação; os restantes 8% estão distribuídos na área de Ciências Sociais (Sociologia com 7 trabalhos, Antropologia com 6 e Serviço Social com 2). Não foi encontrado nenhum estudo na área de Ciência Política.

Dos 188 trabalhos analisados, emergiram sete grandes subtemas, aqui apresentados em ordem decrescente de incidência: 1) indisciplina e violência da/na escola e juventude (21,8%); 2) significados atribuídos à escola e seus processos (21,3%); 3) programas e propostas educativas sob a ótica dos alunos (18,1%); 4) relações sociais no cotidiano escolar (15,9%); 5) sucesso e fracasso escolares (9,5%); 6) identidades/ subjetividades juvenis e escola (7,5%); 7) culturas juvenis e escola (5,9%).

A maioria dos trabalhos tem como universo empírico as escolas de ensino médio, representando 41% do total; o ensino fundamental foi pesquisado em 33% e as escolas de EJA abarcaram 6,4%. Vale destacar que significativos 10,1% deixaram de mencionar o nível de ensino pesquisado.

Embora parte dos trabalhos ainda apresente a tendência de centralizar as análises na instituição escolar, com ênfase no estudo dos jovens a partir da sua condição de alunos, os autores notam a emergência de novas temáticas e abordagens, com a incorporação de outros aspectos presentes na socialização e sociabilidade dos jovens, o que possibilita uma compreensão mais aprofundada da sua relação com a escola e com o saber. Também indicam, em boa parte dos estudos, uma tendência promissora de aproximar a Sociologia da Educação com a Sociologia da Juventude, aproximação esta que vem gerando um novo impulso às investigações, traduzido

¹ Contribuiu na leitura do estudo a aluna Rosilaine Gonçalves da Fonseca Ferreira, mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação da Unirio.

pela valorização dos locais e das escolas nas suas especificidades, bem como dos atores e das práticas como produtores de realidade e impulsionadores de mudanças. Segundo os autores, tais mudanças expressam uma ampliação da visibilidade do tema da juventude, nos últimos anos, como produto da intersecção de vários campos e atores, dentre eles o político-governamental, o da prática social dos jovens e das instituições sociais e o acadêmico propriamente dito, que, de alguma forma, interferem nos estudos sobre a relação da juventude com a escola.

Em relação ao estudo realizado anteriormente, os autores afirmam que houve avanços consideráveis na compreensão do jovem que chega às escolas, principalmente às públicas, não só pela ampliação das temáticas abordadas, mas também pelo tratamento teórico que lhes é dado. Outro ponto de destaque são os estudos centrados nas culturas juvenis e no debate em torno das identidades.

Adolescentes em processos de exclusão social

A produção discente voltada para a análise das múltiplas situações de risco e de vulnerabilidade que incidem sobre adolescentes e jovens é analisada por Marília Sposito, Lívia De Tommasi e Gilberto G. Moreno, que chamam a atenção para o caráter polissêmico do termo “processos de exclusão” e para a imprecisão conceitual que ainda persiste na denominação dos sujeitos, chamados ora de pobres, ora de carentes ou excluídos. Nos marcos das denominações legais emanadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, emergem expressões como infratores, delinquentes, marginais e menores, que mantêm o caráter genérico, mas representam um novo momento no campo, pois muitos estudos voltam-se para a avaliação de medidas previstas no ECA – e, em grande parte, não cumpridas –, permitindo a análise mais apurada da vivência desses jovens nas instituições que buscam promover sua reinserção social.

O tema da exclusão social da juventude destaca-se como o primeiro mais estudado na área de Serviço Social devido à sua tradição no enfoque da chamada questão social, assim como é o primeiro também nas Ciências Sociais. Na Educação ocupa o terceiro lugar; perdeu importância com um decréscimo de 8,6% em relação ao estado da arte anterior (1980/1998), porém, ganhou maior definição, a ponto de ser possível recortá-lo em três grandes subtemas: 1) adolescentes em conflito com a lei; 2) programas e ações voltadas para adolescentes pobres; 3) adolescentes em situação de rua. Do ponto de vista das orientações, percebe-se uma pulverização de docentes orientadores, com alguns poucos especialistas em cada área.

Na produção das Ciências Sociais, do Serviço Social e da Educação, o subtema mais estudado é o primeiro, diante da percepção generalizada de que este é um dos mais graves problemas do País quando se trata de juventude, e também devido à existência de um marco legal, o ECA, que não é plenamente cumprido. Entre os debates emergentes encontram-se as análises sobre o segundo subtema, enfatizando a vitalidade e diversidade desse campo, explorando desde a presença de organi-

zações não governamentais, as experiências da educação através da arte até programas governamentais de transferência de renda.

Jovens universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional

Paulo Carrano inicia a discussão mostrando como as dificuldades demonstradas pela universidade brasileira, a partir da década de 1970, foram a primeira manifestação de uma crise institucional da sociedade moderna e, particularmente, de sociedades que experimentavam regimes autoritários, como a brasileira à época, nas quais as promessas de ascensão social e desenvolvimento tornavam-se mais distantes, mesmo para jovens das classes médias e altas. Essa quebra de expectativas foi um fenômeno percebido pela produção das Ciências Sociais como parte da “rebelião da juventude” perante essa crise mundial. Mesmo sem a intenção de comparar experiências geracionais tão distintas, o autor vale-se desse olhar retrospectivo para problematizar como a universidade, pensada como direito e possibilidade para a juventude, mudou e, hoje, comporta uma diversidade de novos atores, para além dos jovens das classes médias e altas.

A despeito dessas mudanças, Carrano alerta que, ao se pensar essa “nova universidade”, não podemos deixar de considerar, também, a reprodução de antigas desigualdades e a criação de novas, presentes no processo de expansão do ensino universitário. Assim, se, por um lado, a universidade hoje é mais diversificada étnica e socialmente, devido ao avanço e ao peso do debate sobre ações afirmativas nesse processo, por outro lado, continua subsumida aos interesses do grande capital e o processo de ascensão social ainda é lento e assimétrico, cabendo aos jovens pobres as universidades de pior qualidade e/ou os cursos de menor prestígio social.

O tema jovens universitários conta com 149 trabalhos ou 10,42% da base total de dados formada por 1.427 títulos, sendo 84,56% da Educação, 8,72% da Sociologia, 5,36% do Serviço Social e apenas 0,67% da Antropologia. Os trabalhos têm como principais subtemas, em ordem de importância: a discussão sobre o acesso e condições de permanência no ensino superior; análise de trajetórias e longevidade escolar nos meios populares; a escolha, formação e inserção profissional; opiniões, interesses e experiências de estudantes universitários.

Na Educação percebe-se uma concentração de interesse no debate sobre escolha, formação e inserção profissional, desdobrando-se em questões que dialogam com formulações clássicas de autores como Bourdieu e Lahire, principalmente em torno das “razões do improvável” sucesso de jovens pobres. Ao mesmo tempo, verifica-se a existência de novas perspectivas, sobretudo a partir de análises sobre os desafios experimentados pelas políticas de acesso e permanência, como as experiências com cotas raciais e programas de assistência estudantil. Do mesmo modo, a articulação com movimentos sociais de juventude, a exemplo dos pré-vestibulares populares, e a reflexão sobre desafios atuais, como o debate acerca da evasão no ensino superior, caracterizam a fase mais recente do campo.

Jovens, sexualidade e gênero

As autoras Marília Pinto de Carvalho, Raquel Souza e Elisabete Regina Baptista de Oliveira analisaram 133 teses e dissertações, a maioria (57% – 76 trabalhos) produzida no âmbito de programas de pós-graduação em Educação, seguida por aqueles realizados em programas das Ciências Sociais (29% – 39 trabalhos) e do Serviço Social (14% – 18 trabalhos). Desse total, apenas 11% são doutorados (15 teses). Do total de 1.458 estudos coletados, apenas 9% foram agrupados neste tema. Porém, tais trabalhos estão em terceiro lugar em frequência tanto nas Ciências Sociais quanto no Serviço Social, o que demonstra o interesse pela temática nessas áreas. Os 133 trabalhos foram classificados em seis subtemas, que serão aqui enunciados em ordem decrescente de incidência.

Masculinidades e feminilidades (25%) é o subtema com maior número de trabalhos. A área predominante é a de Ciências Sociais, com 57% dos estudos (19 em 33), seguida pela Educação, com 33% (11 estudos) e o Serviço Social com 10% (3 dissertações). A proporção de doutorados é alta em relação aos demais subtemas (12%).

Parentalidade (20%) agrega 27 estudos (22 dissertações e 5 teses), sobre aspectos relacionados à experiência da maternidade e, em menor número, sobre a paternidade juvenil. A Educação é a área que mais produziu trabalhos (11), seguida pelo Serviço Social (8) e pelas Ciências Sociais (8).

Educação sexual (20%) agrupa 26 trabalhos (20 da Educação, 3 das Ciências Sociais e 3 do Serviço Social), números que reforçam a relevância do tema na produção acadêmica sobre juventude, sendo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o ponto de partida ou de chegada da maioria deles.

Educação formal (16%) abrange 22 teses e dissertações, em que predomina a área da Educação (17 dissertações), seguida das Ciências Sociais (4) e do Serviço Social (1). Tais estudos se caracterizam por considerar a participação da escola e da formação profissional na construção das relações de gênero, de masculinidades e feminilidades, levando em conta tanto aspectos curriculares quanto do cotidiano escolar.

Sexualidades (11%) é um subtema tratado em 14 estudos (um de doutorado e 13 de mestrado), 8 da área da Educação, 5 das Ciências Sociais (Antropologia) e apenas um do Serviço Social. Tais trabalhos abordam os modos como moças e rapazes vivenciam situações e constroem trajetórias que envolvem a experiência sexual.

DSTs/Aids (7%) aparece em 11 trabalhos, quase todos da Educação (9), um das Ciências Sociais (Antropologia) e também só um do Serviço Social. Ainda que abordem a sexualidade juvenil ou se atenham a programas/ações educativas, predomina a análise sobre as maneiras de os jovens tratarem sua sexualidade a partir de representações e práticas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Tal perspectiva implica tanto um conjunto de conhecimentos específicos quanto perguntas e hipóteses que diferenciam estes trabalhos daqueles sobre sexualidade e educação sexual.

Jovens e trabalho

O capítulo de Maria Carla Corrochano e Marilena Nakano reúne um conjunto de teses e dissertações que, diferentemente do estado do conhecimento *Juventude e escolarização* (Sposito, 2002), onde um dos temas constituía-se em torno da trílogia jovens, mundo do trabalho e escola, neste agrupam-se estudos que vão além das delimitações da área escolar, no intuito de examinar a relação dos jovens com o trabalho, cujas investigações são fruto das crises e transformações do mundo do trabalho, principalmente do assalariado a partir de 1990.

A maioria das pesquisas revela uma desconexão entre o campo político e o campo acadêmico, na medida em que muitos autores, ao buscarem saídas para as transformações pelas quais o trabalho vem passando, acabam realizando estudos baseados em suas próprias experiências.

Os 91 trabalhos analisados concentram estudos sobre os diferentes espaços e setores de trabalho, assim como a respeito dos locais de procura de empregos, distribuídos pelos seguintes subtemas: programas/projetos de qualificação e/ou apoio à inserção de adolescentes e jovens (49); trabalho de crianças e adolescentes (17); mundo do trabalho: experiências e significados sob o ponto de vista dos jovens (16); mutações no mundo do trabalho: para além da qualificação profissional e do trabalho assalariado (9). Outro componente a destacar refere-se à principal preocupação dos programas e projetos (governamentais ou não) que é educar, qualificar e formar os jovens, sobretudo os pertencentes às classes menos favorecidas.

199

Juventude, mídias e tecnologias da informação e comunicação (TIC)

Maria da Graça Jacintho Setton analisa 74 dissertações e teses – 61 da Educação, 12 das Ciências Sociais e apenas 1 do Serviço Social, com produção mais representativa das Regiões Sudeste e Sul – com o objetivo de traçar, em linhas gerais, os principais marcos de ordem teórica e metodológica desses trabalhos.

Compreendendo a mídia como “todo o aparato material e simbólico relativo à produção e veiculação de mercadorias de caráter cultural”, a autora elenca os quatro subtemas mais emergentes: 1) velhas tecnologias (TV, cinema, publicidade, rádio, fotografia, imprensa); 2) novas tecnologias (computadores, internet e seus variados usos, tais como *blogs*, *chats* e videoconferências); 3) as TIC como recursos pedagógicos na Educação; 4) imagens e representações sobre a juventude.

Dentre as várias reflexões acerca do material avaliado, algumas, em nosso entender, sobressaem. Uma delas é a constatação de que, nas ponderações sobre as velhas mídias, como a TV, os argumentos apresentados na maioria dos trabalhos, embora não avancem no muito já produzido, problematizam a mediação entre produção e recepção das mensagens a partir do referencial teórico dos Estudos Culturais, sem abandonar, entretanto, as críticas ao poder ideológico da linguagem televisiva. Outra ressalta que a polêmica há muito conhecida sobre o caráter

manipulador das mensagens e bens simbólicos veiculados pelas mídias ainda é a grande tônica dos estudos da Educação, mas poucos refletem sobre a relação entre o emissor e o receptor com enfoque no caráter dialógico e dialético das trocas comunicativas. Também acrescenta que, na maior parte dos estudos de todas as áreas, se percebe certo tom moralista e missionário de parte dos pesquisadores.

Por fim, a autora lamenta a ausência de uma série de abordagens que muito poderiam fazer avançar na compreensão da interface juventude/mídia. Embora muitos estudos ampliem o entendimento sobre o universo dos jovens, uma vez que o material de pesquisa é amplo, sobretudo no que se refere à familiaridade que desenvolvem com as novas técnicas sociais de integração e socialização, muito ainda há que se pesquisar, sobretudo quanto aos usos imponderáveis que traduzem a riqueza da dinâmica das forças sociais das sociedades imersas na cultura midiática.

Estudos sobre jovens na intersecção da escola com o mundo do trabalho

Mônica Peregrino apresenta os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007, que mostram a convivência entre a escolarização e o trabalho dos jovens brasileiros. A pesquisa do Ipea afirma que a melhora das condições de vida dos jovens está atrelada à formalização do trabalho e à ampliação do nível de escolaridade na faixa etária de 15 a 29 anos, embora este público ainda represente 61,4% dos desempregados do País. Outro aspecto destacado foi o crescimento do número médio de anos de escolarização em todas as faixas etárias, pois o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo passou de 14,1% em 1992 para 30,4% em 2007.

A universalização do acesso ao ensino fundamental, a expansão do ensino médio e a reforma do ensino técnico, medidas advindas de políticas que objetivam manter os jovens inseridos no sistema de ensino, trouxeram, mediante programas que aceleram o processo de escolarização, algumas ações de controle das taxas de reprovação, sendo possível, assim, manter o jovem pobre dentro da sala de aula.

A década de 1990 foi marcada por uma elevada margem de implementação de políticas visando à reestruturação dos sistemas educativos nos distintos níveis de ensino. Diante disso, a análise dos 65 trabalhos produzidos no período em estudo mostra de que maneira a escola e o trabalho são percebidos pelos jovens tanto no que se refere às expectativas e experiências, quanto a partir do acompanhamento de suas trajetórias. A Educação, como área de destaque no estudo do tema com 7 teses e 58 dissertações, compreende em seus três subtemas as problemáticas comuns ou convergentes entre elas: os jovens e a escola noturna (16% dos trabalhos); os jovens estudantes e a reforma do ensino técnico (43%); escola e trabalho: trajetórias cruzadas e perspectivas juvenis (41%). No que tange à inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho, fica evidente que as condições diversas e desiguais de escolarização influenciam nessa conquista.

Estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências

Elmir de Almeida faz um balanço da produção sobre grupos juvenis que dialoga com a tradição das Ciências Sociais no século 20, segundo a qual o agir dos jovens pertencentes a distintos estratos sociais, ao desembocar em formas associativas diversas, permitiu lançar luz sobre os problemas mais gerais da sociedade e sobre o lugar geralmente subalterno que eles ainda ocupam em todos os arranjos sociais, independentemente do grau de desenvolvimento de cada país.

No Brasil, o tema da juventude chega à agenda investigativa tardiamente e os primeiros registros são da década de 1960, a partir dos estudos de Marialice Foracchi sobre o significado da ação estudantil numa sociedade, como a brasileira, em processo de acelerada transformação. Apenas nas décadas de 1980 e 1990, a partir da redemocratização política do País, é que se percebe uma maior incidência dos estudos sobre juventude tanto no campo das Ciências Sociais como no da Educação. Nesse momento, no primeiro estado da arte *Juventude e escolarização (1980-1998)*, o capítulo relativo a esta temática, intitulado "A pesquisa sobre juventude e temas emergentes", reuniu 39 dissertações e teses, mas apenas 8 dissertações se ocuparam das formas associativas juvenis.

No período 1999-2006 revela-se um acentuado crescimento da produção científica nas três áreas cobertas: Ciências Sociais, Educação e Serviço Social. Dos 1.427 estudos analisados, as dissertações e teses sobre grupo juvenis ocupam a oitava posição dos temas pesquisados, equivalente à posição de outros "temas emergentes", como os estudos sobre jovens negros. No total, houve 64 trabalhos sobre "grupos juvenis" produzidos em Programas de Pós-Graduação: 41 (64%) em Ciências Sociais, 21 (33%) em Educação, e 2 trabalhos (3%) em Serviço Social.

A produção na área das Ciências Sociais concentrou-se principalmente nos grupos juvenis, formas de aparecimento e formas de expressão, com destaque para as formas de sociabilidade dos jovens nas grandes metrópoles. Apesar da incorporação da diversidade como constituinte desses grupamentos, inexistem estudos similares sobre a sociabilidade juvenil no meio rural, o que mostra que a percepção da temática da juventude ainda é parcial e limitada, mesmo na área de maior incidência de produção acadêmica.

Como ressalta o autor, a área da Educação tem "pouca tradição teórica" em pesquisas sobre juventude, devido, entre outros fatores, à prevalência de estudos centrados nas instituições de ensino, e somente na década de 1990 é que a diversidade de abordagens sobre a presença dos jovens no cenário político ganha relevo.

A área do Serviço Social ainda não possui uma produção capaz de suportar recortes mais precisos, embora seja possível afirmar que existe uma maior incidência em estudos que relacionam a subtemática dos grupos juvenis e a vida de seus integrantes com as condições socioeconômicas desses sujeitos.

O autor destaca que algumas ausências se mantêm na produção sobre grupos juvenis. Entre as principais, além da já citada carência de análises sobre os jovens do meio rural, há pouca preocupação com as diferenças entre os sexos e com o pertencimento étnico-racial dos integrantes dos grupos ou culturas juvenis.

Estudos sobre jovens na interface com a política

Marília Pontes Sposito, Ana Karina Brenner e Fábio Franco de Moraes analisam 62 teses e dissertações, que abarcam apenas 4,2% do total de trabalhos visitados neste estado da arte. Destes, 34 são da área da Educação, 23 das Ciências Sociais e somente 5 do Serviço Social, números que revelam, no geral, um interesse bastante incipiente sobre a temática. Para efeitos de análise, os trabalhos foram agrupados em cinco diferentes subtemas, apresentados aqui em ordem decrescente de representatividade.

Participação e mobilização estudantil (36%) agrega tanto os trabalhos que se referem aos tradicionais estudos dos movimentos estudantis como ainda os que buscaram compreender a experiência construída por estudantes em suas trajetórias de mobilização e suas formas de organização.

Cultura política, socialização política e capital social (22%) agrupa 13 estudos que visam conhecer tanto a cultura política dos jovens na atualidade quanto o papel das instituições socializadoras (escola, família, religião e meios de comunicação) na formação dessa cultura e no desenvolvimento do capital social juvenil.

Outras modalidades de ação coletiva de jovens (19,3%) abrange 12 estudos acerca das mobilizações e organizações juvenis, em que predominam trabalhos da Sociologia com o propósito de investigar os jovens em outros espaços de mobilização, diferentes dos clássicos estudos sobre os movimentos estudantis.

(Des)figurações do sentido da ação política de jovens: os estudos sobre protagonismo juvenil (16,2%) reúne 10 trabalhos (7 da Educação e 3 do Serviço Social), que têm como tema central as diversas ações educativas visando formar politicamente a juventude.

Jovens na intersecção das políticas públicas e sociedade civil (6,5%) é um subtema tratado em apenas 4 trabalhos, todos das Ciências Sociais. Sua preocupação central é compreender as interações entre os jovens – tanto isoladamente quanto como atores coletivos – e as ações públicas voltadas para eles.

Estudos históricos sobre a juventude

Por fim, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf e Fernando Antonio Peres advertem que há poucos trabalhos acadêmicos sobre a história da juventude no Brasil. Ainda que a história da educação brasileira comporte uma série de estudos sobre as instituições dedicadas ao ensino médio em suas várias modalidades, aqueles que têm os jovens como objeto de estudo são raros.

O conjunto de trabalhos avaliados foi de 38, a grande maioria (30) de mestrado, sendo 27 da Educação e 11 das Ciências Sociais. Não foi localizado nenhum trabalho do Serviço Social. A partir da análise do total de pesquisas, os autores elegeram três critérios classificatórios.

O critério *campo de referência* revela grande incidência de termos relacionados à educação escolar (práticas educativas, saberes escolares, modalidades de ensino, tipos de escola, instituições escolares, disciplinarização, currículo) e, em segundo lugar, aos movimentos (estudantis, religiosos, políticos, sociais e culturais) e à identidade.

O período abrangido concentra-se nos estudos sobre as décadas de 1960 e 1970, quando se experimentou grande efervescência política e cultural. São bastante focados fatos da Era Vargas, na década de 1950, e períodos mais recentes (1980 e 1990). Épocas anteriores a 1930 quase não são exploradas, o que dá a impressão de que, no Brasil, não havia jovens na Colônia, nem no Império, nem na Primeira República...

Quanto ao objeto focalizado, os textos distribuem-se em três grandes conjuntos: 1) o tema da juventude aparece “ao largo”, de forma oblíqua ou indireta, permeando outros objetos de pesquisa e conformando uma ampla variedade de subtemas; 2) a temática juvenil como problema, mas de forma instrumental, como pretexto, sem discutir seus significados e implicações; 3) a questão da juventude como objeto de pesquisa ou como um tema a ser problematizado.

Conclusão

Feito este breve resumo dos capítulos que compõem o estado da arte em foco, vale agora, à guisa de conclusão, tomar como nossas as palavras da coordenadora do estudo, quando, na forma de recomendações para trabalhos posteriores, ela sublinha que uma interlocução maior entre as áreas poderia contribuir para aprofundar e enriquecer mais os estudos, desde que, obviamente, resguardem-se suas respectivas especificidades teórico-metodológicas. No conjunto de trabalhos, notam-se algumas aproximações entre Sociologia e Educação, porém há poucas interlocuções com a Ciência Política e o Serviço Social. A tendência ainda é privilegiar a condição estudantil como *locus* de investigação, ao passo que outras dimensões da vida juvenil, tais como os locais de trabalho, de práticas associativas e de lazer, ou mesmo os jovens que não são mais estudantes, foram pouco estudadas.

De nossa parte, e a partir do lugar em que nos inserimos no mundo acadêmico, afirmamos que, com base na leitura de obras como a aqui resenhada, tem-se a possibilidade de ampliar o acesso a estudos e pesquisas focados, entre outros, no campo das políticas e, conseqüentemente, em programas e propostas que modelam ou já conformaram ações efetivas, o que pode contribuir, sobremaneira, no desafio de desenhar políticas públicas, tal como alerta Abramo (2008), “que caibam na vida dos sujeitos”, portanto, capazes de promover, de fato, a inclusão social de um expressivo contingente populacional, neste caso específico, dos jovens, que, como referido, são parcela significativa em termos tanto numéricos quanto – e o estado da arte demonstra – culturais da população brasileira.

Como bem lembra Soares (1989), aprofundar o saber a respeito de um determinado tema, por meio do levantamento crítico de sua produção, num dado momento histórico, é estratégia essencial tanto para o (re)conhecimento das possibilidades de articulação de diferentes perspectivas – às vezes, aparentemente independentes – quanto para a identificação de duplicações ou contradições, capazes de desvelar concentrações, vazios e vieses. Assim sendo, nortes fundamentais para aprimorar e/ou redimensionar a produção acadêmica comprometida com o avanço do conhecimento e a intervenção numa realidade plena de contradições a serem enfrentadas.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena W. O que é ser jovem no Brasil hoje? In: SOUTO, Anna Luiza Salles et al. *Ser jóven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional*. Valparaíso, Chile: Ibase, Polis, Ediciones CIDPA, 2008.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes. In: SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: Inep, 2002. p. 203-221. (Série Estado do Conhecimento, n. 7).

HADDAD, Sérgio (Coord.). *Ensino supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: Inep, Reduc, 1987.

HADDAD, Sérgio (Coord.). *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília: Inep, Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 8).

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: Inep, MEC, 1989.

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização*. Brasília: MEC, Inep, 2000. (Série Estado do Conhecimento, n. 1).

SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: Inep, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 7).

204

Eliane Ribeiro Andrade, doutora em Educação, é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nas áreas de Políticas Públicas de Juventude e Educação de Jovens e Adultos.
elianeribeiro@domain.com.br

Diógenes Pinheiro, doutor em Ciências Sociais, é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), na área de Políticas Públicas.
diogenesunirio@hotmail.com

Luiz Carlos Gil Esteves, doutor em Educação, é professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), na área de Políticas Públicas.
luizesteves22@yahoo.com.br